

NO PÓ DA TERRA: O ALENTEJO EM ÉPOCA ROMANA

André Carneiro*

O chão que pisamos ainda guarda um incontável conjunto de testemunhos da presença romana no Alentejo. A investigação arqueológica tem permitido, de forma paciente e continuada, conhecer uma herança plena de diversidade. Este resgate do passado mostra-nos como, há dois mil anos, este território desfrutou de uma assinalável dinâmica e vitalidade. Pela qualidade e diversidade dos seus recursos, podemos afirmar sem receios que desfrutou de um interessante protagonismo no Império romano. Tal afirmação é comprovada pela sua riqueza endógena, pelos modos e conteúdos de exploração económica, mas também pelo investimento realizado, que posicionou a região em patamares de relevante prosperidade.

É necessário recordar que, a partir da viragem da Era, o espaço que hoje designamos de “Alentejo” desfrutava de uma importante centralidade. Situado na província romana da *Lusitania*, o sudoeste peninsular beneficiava do seu posicionamento entre dois grandes centros administrativos e, sobretudo, pólos económicos: a oeste, a cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*, a actual Lisboa, o verdadeiro empório comercial de toda a fachada atlântica. Mais para o interior, o poder romano institui uma capital administrativa totalmente fundada de raiz ou, para utilizar um termo da época, uma *urbs ex novo*: a cidade de *Augusta Emerita*, a actual Mérida extremena. Para entendermos todo o conteúdo simbólico desta capital, é necessário recordar que foi fundada por iniciativa expressa do primeiro Imperador: Gaio Octávio, dito *Augusto*, instituiu a *pax romana* ao sair vencedor dos conflitos com os seus opositores e, em particular, após a conquista e total pacificação da *Hispania*. Antes de abandonar a península e regressar a Roma, decide premiar os seus leais e valorosos soldados, que longamente haviam combatido por ele e, em particular, ajudado à vitória nas guerras cántabras, o último grande conflito que Augusto teve de enfrentar. Estes soldados, os *Emeritii*, vão ser presenteados com uma urbe criada de raiz: próximo de uma encruzilhada de caminhos e da travessia do Guadiana nasce a cidade dos soldados eméritos de Augusto, por ele dedicada ao genro, Marco Vipsanio Agrippa, braço direito do Imperador e principal responsável pela vitória na decisiva batalha de Actium (31a.C.), que de forma definitiva colocou Augusto como sucessor de Júlio César. Portanto, a cidade de *Augusta Emerita* tinha um estatuto simbólico especial: uma *imago Romae*, cidade construída à imagem e semelhança da metrópole, cujos habitantes eram da mais fina e valorosa elite itálica.

Este momento fundador marca a visão romana sobre o território a que hoje chamamos Alentejo: terra de produção agrícola, espaço plenamente integrado nos circuitos mediterrânicos e em conexão com o Império, lugar de dinâmica económica, cultural e civilizacional. Esta será uma constante da província da *Lusitania*, que lhe sobrevive e que inclusivamente se pro-

* Universidade de Évora. ORCID 0000-0002-0824-3301 – ampc@uevora.pt

longa para o imaginário do *Gharb al-'andalus* islâmico. Pode parecer-nos paradoxal que este extenso território, contendo um potencial tão elevado, tenha afinal poucas cidades: *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha, Marvão), *Ebora* (Évora), *Pax Iulia* (Beja), *Myrtilis* (Mértola), *Salacia* (Alcácer do Sal) no litoral, eventualmente *Abelterium* (Alter do Chão), *Vipasca* (Aljustrel) e a presumível *Mirobriga* (Chãos Salgados, Santiago do Cacém), parecem realmente poucos aglomerados para uma extensão que ocupa um terço do actual território português. O facto de este ser um espaço escassamente urbanizado não nos deve enganar: o investimento romano, seja de carácter público ou privado, foi maciço e constante. Actividades económicas de primeira importância aqui tiveram lugar, uma densa rede viária rasgou o espaço e colocou lugares distantes em contacto, e por toda a parte floresceram locais de vida... e de morte.

Mas de facto, em época romana, este não foi um espaço de cidades. Conhecemos poucas e, sobre algumas, existem dúvidas quanto ao estatuto urbano, *forma urbis* (planeamento urbano e existência de edifícios públicos) e real influência sobre o território. No patamar das indiscutíveis, sobressai *Pax Iulia*, a cidade de Beja: à semelhança da capital provincial, também aqui se instalaram soldados veteranos, tendo sido agraciado à cidade o estatuto de *colonia*, o que na prática significava que os seus habitantes dispunham das mesmas prerrogativas dos cidadãos da metrópole. Aos poucos, a Arqueologia vem libertando os monumentais testemunhos de uma urbe que desempenhou um papel central na dinâmica económica da área onde se insere.

Em estatuto inferior, conhecemos duas outras urbes: *Liberalitas Iulia Ebora*, paradoxalmente, sempre foi a cidade mais bem conhecida e referenciada. A partir do século XVI uma elite local criou relatos que a relacionaram com protagonistas como Viriato, Sertório, Júlio César ou a deusa Diana, embora sem qualquer fundamento. Os monumentais testemunhos do templo ao culto imperial pontificam na acrópole, mas o mesmo apenas foi reconhecido no final do século XIX; em contrapartida, há muitos séculos impende sobre a cidade a memória do seu ilustre passado, atribuindo a Évora a centralidade em guerras lusitanas e outros nobres feitos de que, na verdade, nunca dispôs. A *história mítica* confunde-se em Évora com a realidade histórica, sendo que ao passear pelas suas ruas o visitante pode ser confundido com monumentos que mais não são do que uma *mimesis* do passado, por terem sido construídos ao longo do século XVI, XVII ou XVIII... à imagem dos cânones clássicos. No mesmo patamar de *municipium*, embora a ele subindo a custo e em promoções jurídicas sucessivas motivadas pelo empreendedorismo dos seus cidadãos, situa-se a nobre *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha, Marvão), resgatada do esquecimento por sucessivas campanhas de escavação arqueológica que desde a década de oitenta do século XX se iniciaram no local.

Como foi referido, sobre outros presumíveis aglomerados urbanos do Alentejo temos muito menos certezas. Sob a actual Alter do Chão, *Abelterium* foi ponto de passagem de importante itinerário de uma via principal, mas ainda poucos dados forneceu que comprovem o seu estatuto urbano, pois não se conhece qualquer espaço público. Ao invés, a cidade denominada como *Mirobriga* (Chãos Salgados, Santiago do Cacém) tem um conjunto de edifícios monumentais, mas desconhece-se em absoluto o seu nome e estatuto. *Vipasca* (Aljustrel) parece ter sido sobretudo um couto mineiro, local de aglomeração de homens dedicados ao árduo trabalho de extracção dos metais em galerias subterrâneas. Conhecemos o regulamento das termas públicas, o que indica ter sido uma povoação vista pelas magistraturas romanas como sendo merecedora de dotação enquanto entidade jurídica com estatuto urbano. E quanto a *Myrtilis*, a actual Mértola, teve notável relevância e monumentalidade em época romana, reflectindo a sua importância económica e administrativa. Ponto de chegada por terra das produções agrícolas obtidos nos barros de Beja, foi também local de embarque das cargas mineiras extraídas em São Domingos. Sendo o Guadiana navegável, terá constituído um verdadeiro porto de mar, certa-

mente mais relacionada com os círculos da baía de Cadiz do que com as terras do interior alentejano, albergando um cosmopolitismo de gentes e ideias que a Arqueologia demonstra em cada intervenção.

Não podemos esquecer que, de acordo com os textos dos geógrafos clássicos, ainda temos cidades por encontrar, algo que parece absolutamente inacreditável na terceira década do século XXI, mas que se justifica pelo estado desequilibrado de uma investigação arqueológica regional que, na realidade, foi em muitos casos incipiente e até diletante. Enquanto não localizamos esses aglomerados, a julgar pelo quadro presente, temos poucas cidades e afastadas entre si, deixando largos territórios rurais de permeio. Todavia, são estes espaços intermédios que também pulsam de vida própria, pois os levantamentos arqueológicos que (embora tardivamente, pois não sabemos o que se perdeu entretanto) têm de forma crescente começado a ser feitos nas últimas décadas, mostram-nos um território pleno de vida e actividade. Na realidade, o espaço alentejano alberga centenas de instalações de todos os tipos, formas e tamanhos. As mais conhecidas são as chamadas *villae*: estabelecimentos detidos por um proprietário, que neles tinham uma residência permanente ou sazonal, nas quais dispunham de todas as valências para a exploração agro-pecuária e, em simultâneo, todos os luxos e confortos das casas urbanas. A quantidade e relevância destas *villae* é tão notável que hoje podemos considerar que ocupam todos os espaços da região alentejana, espalhando-se mesmo para as paisagens menos concordantes com o imaginário clássico e para as áreas mais escassas em recursos. Se conhecemos muito mal a sua origem e crescimento, parece evidente que, a partir de um dado momento histórico que podemos balizar em torno a meados do século III, competem entre si. Gera-se um fenómeno imparável de construção de *villae* dotadas dos mais originais e sumptuosos modelos arquitectónicos e decorativos, a tal ponto que é cada vez mais válida a afirmação de Jean-Gérard Gorges (1979): nas *villae* lusitanas temos uma “variété infinie des plans des fermes latines”. Tal tem duas consequências:

- Não se conhecem duas *villae* idênticas;
- Na *Lusitania* temos as soluções mais arrojadas e criativas de todo o Império.

Por ser um território periférico, a *Lusitania* foi, por muito tempo, algo desconsiderada pela investigação arqueológica. Mas graças às escavações realizadas, é cristalino afirmar hoje que neste território, e em especial no Alentejo, temos um dos espaços, em todo o Império romano, no qual a arte de construir em meio rural assumiu algumas das mais variadas e refinadas formas arquitectónicas. Olhando para sítios como S. Cucufate (Vidigueira), Torre de Palma (Monforte), Pisões (Beja) e Horta da Torre (Fronteira) dificilmente vemos pontos em comum, pois a exuberância de soluções arquitectónicas e de planos construídos é notável. A fachada-bloco, maciça e de aparência austera em S. Cucufate é contraposta pela enorme extensão construída de Torre de Palma, na qual os peristilos aumentam a área ocupada pelos diversos edifícios, cada qual cumprindo a sua função. A extravagância de uma sala de banquetes que tinha água fluindo pelo pavimento, como vemos em Horta da Torre, tem um notável contraponto na contenção dos espaços e cenários construídos em Pisões.

Além dos planos construídos e das plantas arquitectónicas, também a riqueza das soluções decorativas permite-nos olhar para o singular quotidiano destes espaços. O mármore, que ocorre em abundância neste território, permitia o exuberante conjunto de revestimentos parietais e elementos escultóricos que vemos na *villa* de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz). Mas para acentuar a sensorialidade dos cenários que se pretendiam construir, o mármore local podia não ser suficiente, e por isso, na *villa* de Quinta das Longas (Elvas), as esculturas do ninfeu viajaram desde o outro extremo do Mediterrâneo, das oficinas de Aphrodísias (Turquia), o que nos mostra como os proprietários não olhavam a meios na escolha de elementos

refinados e únicos. Na riqueza dos programas decorativos, continuam a ser os pavimentos em mosaico que nos fornecem a melhor janela para entrevermos o imaginário cultural vigente, e por isso observamos as representações de divindades, o orgulho em produtos de luxo criados localmente – como os cavalos em Torre de Palma –, ou mesmo cenas que parecem reproduzir momentos burlescos de grande carga satírica, como em Santa Vitória do Ameixial (Estremoz).



Figura 1 – Villa de Pisões (Beja) em imagem de voo drone, cedida pela Universidade de Évora

Para entendermos ainda melhor o quotidiano vibrante destes ambientes, temos de entrar na esfera económica, que nos mostra um conjunto de actividades que, no Alentejo, foram de relevância estratégica, não só para o âmbito local, mas para a própria dinâmica do Império.

As paisagens alentejanas são propícias para o cultivo e transformação dos elementos centrais da alimentação mediterrânica: da uva se obtém o vinho; do cereal, o pão; e da azeitona se produz o azeite. A designada *tríade mediterrânica* tem no Alentejo um território de eleição, cujos testemunhos são bem evidentes em qualquer sítio arqueológico onde a investigação incida de modo sistemático. Lagares, prensas, adegas, celeiros e outros edifícios faziam parte do domínio das *villae*, embora a investigação deste tema seja ainda residual. Mas pensar que toda a economia agrícola romana era constituída por esta tríade é empobrecedor: em nenhuma região do ocidente do Império existem tantos testemunhos de infra-estruturas hídricas como no Alentejo. Esta *domesticação da água* mostra bem o peso da agricultura de regadio, geralmente menos-prezada para o estudo da época romana. E contudo, os testemunhos de barragens são abundantes, faltando ainda que conheçamos canais, condutas, tanques, açudes e outros espaços que em grande percentagem terão sido destruídos em tempos recentes; bem como terraços de aluvião, hortas e espaços criados pelo Homem antigo para facilitar a agricultura de regadio. Infelizmente, sobre esta dimensão tão relevante da exploração económica, quase tudo está por fazer. E claro, o mesmo pode ser dito de explorações como a pastorícia (com a obtenção de produtos secundários de valor como o leite, o queijo, a lã e outros têxteis), as tinturarias, os perfumes e, em especial, os cavalos lusitanos, que já os geógrafos helénicos louvavam, e que venceram corridas na capital do Império, como o orgulhoso proprietário de Torre de Palma, atrás referido, fez retratar com orgulho, mostrando os seus cavalos com a palma dos vencedores.

À superfície do solo, a riqueza agrícola era substancial. Mas das entradas da terra extraíam-se dois dos elementos mais notáveis para a economia da região. O seu papel na geoestratégia

do Império é tão relevante que, em boa verdade, ainda nem temos bem a noção do seu verdadeiro *peso específico* para a metrópole, também por uma questão de perspectiva: na realidade, sobre ambos, os autores clássicos não deixaram nem uma linha escrita, o que tem obscurecido a compreensão da sua relevância e motivou uma menorização dos seus méritos em comparação com outras produções concorrentiais.



Figura 2 – Villa de S. Cucufate (Vidigueira) em imagem de voo drone, cedida pela Direcção Regional de Cultura do Alentejo

Refiro-me, em concreto, ao mármore e aos metais preciosos.

O mármore ocorre em vários pontos e de diversas formas, granulometrias e colorações. Mas a verdadeira artéria, uma das mais importantes em todo o quadro mediterrânico, encontra-se no anticlinal de Estremoz/Vila Viçosa, uma faixa de 40km por 12km de uma extraordinária variedade. Estas produções são de excepcional qualidade, de uma notável facilidade de extração e talhe, ocorrendo também numa paleta cromática que vai do branco alvo aos tons cinzentos-escuros, passando pelos rosas, amarelos, cremes e ainda variedades intermédias com vergaduras de tonalidades diversas. Por tradição, o mármore estremocense ficou em plano subalterno da investigação, por culpa da forte concorrência das variedades orientais, norte-africanas ou extraídas na própria península itálica (Carrara), mas também porque os industriais não maximizam a mais-valia que constitui trabalhar hoje uma matéria-prima com 2000 anos de História; talvez um dia os agentes locais começem a valorizar o mármore alentejano da forma que ele merece. Entretanto, a investigação faz o seu caminho e percebemos, finalmente, como o mármore do anticlinal atingiu pontos de distribuição bem distantes em toda a *Hispania* e, sobretudo, atingiu mercados norte-africanos, gálicos, itálicos e chegou em quantidade à metrópole do Império.

Quanto aos metais, abundam em todo o território alentejano e português sendo, talvez, essa a explicação para a ausência de valoração e de linhas de investigação específicas. Em particular, a faixa piritosa do sudoeste, que corre desde Aljustrel até S. Domingos, permite a obtenção de elevadas quantidades de metais preciosos, a par da abundância de cobre e ainda dos conhecidos *chapéus de ferro* que, aflorando à superfície em quantidade, suportariam a exploração de uni-

dades familiares, assim se justificando a elevada densidade de unidades de pequena dimensão que se encontram no território. A relevância mineira das paisagens alentejanas justificou a criação de aglomerados populacionais próprios – atrás foi referido o caso de *Vipasca* –, deu ainda maior relevância a outros – como *Myrtilis*, ponto de embarque das cargas mineiras para expedição através do Guadiana – e foi, sem dúvida, objecto de atenção por parte do poder Imperial, como também ocorreu com os mármores. As indicações indirectas que temos de possíveis concessões de exploração geridas pela casa Imperial devem ser exploradas de forma atenta, pois mostram que o sudoeste peninsular estava longe de ser, aos olhos de quem geria o Império, um território distante e periférico. Pelo contrário, cada vez mais devemos perceber que o Alentejo foi, em época romana, um alfobre de riquezas, que tem sido pouco valorizado, e até desconsiderado, pelas actuais entidades que procedem à gestão do território e à promoção dos recursos endógenos.



Figura 3 – Exploração de mármore no anticlinal de Estremoz, fotografia do autor

Mas não são apenas as marcas físicas que ficaram no terreno. Por todo o Alentejo, ficaram usos, costumes, tradições e práticas, que tantas vezes definem identidades locais mas que, para quem as vivencia e experimenta, não as associam de modo imediato ao mundo clássico. Tal como numa escavação podemos retirar as camadas de terra, procurando entrar nos contextos de um passado cada vez mais remoto, também na análise e desconstrução deste património imaterial podemos ir mais fundo, procurando ver no seu âmago uma memória longínqua. Alguns usos estão agora a ser revalorizados, como a produção de vinho da talha, que por interesses comerciais associados à genuinidade do produto se procura associar, quantas vezes de forma forçada, ao passado romano do uso dos grandes contentores cerâmicos – afinal, que investigação foi feita que sustente, de forma clara, que em época romana se produzia vinho de *dolum* e existia o sistema dos *dolia defossa* no Alentejo?

Em outros casos, qual último fósforo que se apaga fazendo cair uma escuridão tenebrosa, estas tradições extinguiram-se em tempos recentes sem deixar continuadores: não foi há poucos anos que faleceu a última carpideira profissional do distrito de Portalegre, perdendo-se

para sempre, sem ser documentada, essa tradição milenar de velar os defuntos? E que dizer desse mundo ainda mais repleto de capas e sedimentações que é a religião, na qual, no Alentejo, se circundavam templos, se benzia o gado no campo ou se fazia entrar o touro na igreja até este ajoelhar diante do altar? Ou, de modo mais informal e sub-reptício, porque assim entramos nesse ainda mais nebuloso universo das superstições e olhados, ainda vemos em muitas chaminés alentejanas os bicos pontiagudos que se colocavam na saída de fumo sob a forma de espiões cerâmicos, ou no interior das lareiras com pregos espetados, para manter a casa a salvo de qualquer influência nefasta....

A voragem das últimas décadas, contudo, vai de forma decisiva apagando esta herança. No século XX, o êxodo das mais variadas gentes conduziu à interrupção da transmissão geracional de tradições. De súbito, aldeias e campos esvaziaram-se de pessoas, atraídas para os grandes centros urbanos do litoral em busca de melhores condições de vida, e levando assim para lugares alheios os costumes que tinham sido seus toda a vida. Os campos foram sujeitos a uma mecanização violenta, e depois ao abandono das políticas da PAC, que levaram ao esquecimento de onde estavam os achados, os muros velhos, ou aquela fonte onde a princesa moura vinha encantar o incauto ao bater da meia-noite. Porque esta paisagem campestre era também feita dessas estórias, do cavaleiro que estacava o cavalo na pedra da ferradura, ou da cova onde se guardavam os tesouros escondidos por um homem-lagarto. Esta mitologia de cada cerro, de cada nascente ou de um campo no qual, um dia, uma lavra despertara uma virgem, fazia parte de uma paisagem milenar, também ela sedimentada pela passagem do tempo que guardava as memórias de mouros, cristãos e judeus.



Figura 4 – Antiga venda do Gato, Arcos (Estremoz), fotografia do autor

Após o êxodo das pessoas, seguiu-se o esvaziar das memórias associadas ao território, deixando-o vazio de quem o trabalhava e das práticas antigas. Às campanhas do trigo que instituíram a monocultura, seguiu-se o abandono dos campos, porque era mais rentável deixá-los sem ama-

nho – afinal, recebia-se para as mãos ficarem nos bolsos. Nos últimos anos, um fenómeno galopante causa uma ruptura ainda mais violenta na paisagem física e simbólica, com a desregrada conversão do Alentejo naquilo que nunca foi. À *standardização* do território, agora convertido em imenso mar verde que apagou por completo qualquer ponto de referência e a memória antiga de um lugar, corresponde a total desarticulação do tecido humano que nele vivia e o alimentava de memórias. O processo de apagamento das ligações físicas e simbólicas ao território é o mais brusco que alguma vez experimentou o Alentejo em tantos milénios de ocupação humana, com os campos rasgados pelas valas de rega e pela desvinculação das comunidades locais com uma nova paisagem na qual ninguém se revê. Caminhos antigos, repartições de propriedade, linhas de água, relevos topográficos, sítios arqueológicos ou estruturas abandonadas são agora levadas pela brutal laceração da maquinaria. Nesta rasura perdem-se todos os testemunhos físicos e simbólicos que ancoravam as memórias humanas, pelo que no seu lugar agora temos um contínuo idêntico que, ironia suprema, melhor simboliza as práticas da *economia-mundo*. Afinal, tudo se pode perder enquanto tudo se transforma.

Alentejo, Outono de 2022